

Revista Potência

Ano V - N.º 39 - Agosto 2008

Oportunidades para o setor

Marca do segundo mandato do governo Lula, PAC dá sinais de que começa a caminhar e impulsiona investimentos em infra-estrutura. Impactos no setor eletroeletrônico começam a aparecer, com destaque para a área de energia, que já movimentou cerca de R\$ 9,3 bilhões, em 75 obras. Mas empresários esperam mais.

Reportagem: JOÃO CARLOS BALDAN

'Para o primeiro quadrimestre do ano, o balanço é positivo'. A frase, do ministro da Fazenda Guido Mantega, foi pronunciada em julho passado durante cerimônia promovida pelo governo federal para comunicar o quarto balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e serve como síntese do que diversas personalidades do setor eletroeletrônico pensam sobre o programa. Considerado carro-chefe do segundo mandato do governo Lula e implantado no início do ano passado, o PAC visa estimular inves

timentos em infra-estrutura, logística, energia, saneamento básico, habitação e garantir maior crescimento da economia. Além do investimento público em infra-estrutura, o programa prevê uma série de medidas para incentivar o investimento privado, aliviar a carga tributária e promover a desburocratização. O problema é que, até o momento, ainda não deslanchou, apesar dos números divulgados no último balanço indicarem evolução.

De acordo com a ministra chefe da Casa Civil, Duma Rousseff, em maio passado, 88% do total de 2.120 ações monitoradas do PAC estavam em situação verde, ou seja, adequada. Do restante, 6% estavam em situação amarela, de atenção, e 2% em situação vermelha, preocupante. Além das ações concluídas, 61% se encontram em obras, 20% em fase de licitação e 14% em projeto ou licenciamento. O governo garantiu que contratou, até maio, R\$ 4,39 bilhões do total dos R\$ 15,77 bilhões previstos para 2008, o que representa 27,8% do total para este ano.

O bom resultado, na visão de Mantega, fundamenta-se no aumento da confiança do empresariado, na trajetória de redução da taxa básica de juros e no aumento do volume de crédito. É fato que os dados revelam avanços, porém, alguns críticos do programa afirmam que, no balanço, ficou clara a incapacidade de o governo mostrar novas informações e implementar prioridades, ficando patente o objetivo da Casa Civil em mostrar um País com obras e projetos sendo tocados em todos os Estados de modo a acelerar o crescimento.

Os mesmos críticos afirmam que o governo ignorou atrasos importantes relacionados ao setor eletroeletrônico como o da usina nuclear Angra 3, das hidrelétricas de Belo Monte (PA) e Ribeiro Gonçalves (P1), além do gasoduto Campinas-Rio. As obras de dragagem do porto de Itaguaí (Ri), da avenida perimetral portuária de Santos (SP) e das pistas do aeroporto de Guarulhos (SP) também não foram consideradas. A chamada área de infra-estrutura social não foi incluída totalmente nas estatísticas e os 349 projetos de saneamento de Estados e municípios, já selecionados pelo Ministério das Cidades, piorariam a estatística, uma vez que ainda terão de passar pela avaliação do Tesouro.

Em meio às discussões entre defensores e críticos do programa, líderes do setor eletroeletrônico, em geral, fazem boa avaliação do PAC, entendendo que, de fato, ocorreram avanços e que as perspectivas são positivas em relação aos próximos meses - embora não haja unanimidade. Eles reconhecem que, passada a fase do anúncio das obras e da excessiva burocracia dos editais e licitações nos primeiro e segundo semestres do ano passado, agora a hora é do deslanche.

"Fiquei impressionado com os números. As obras deverão entrar em ritmo mais acentuado e temos de manter essa velocidade", afirma Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Também o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, admite que alguns setores do mercado eletroeletrônico já sentem os primeiros reflexos do PAC. "A cifra de R\$ 504 bilhões, embora ambiciosa, está alinhada com os estudos que o instituto publicou, há três anos, e que

previa um crescimento do PIB entre 4% e 4,5% ao ano. Hoje, o setor elétrico caminha 'vis a vis' com a demanda e diria que o País, até 2009, está bem na oferta de energia. A partir de 2010 a oferta dependerá dos próximos leilões", observa.

Embora admita que, finalmente, o governo despertou para a necessidade de investir em infra-estrutura, Sérgio Aredes, presidente do Sind icei, é mais cauteloso. "Na teoria o governo acordou. Na prática, os investimentos ainda são incipientes. Não chegaram à realidade", comenta o executivo, ao garantir que os fabricantes de condutores ainda não sentiram os reflexos do PAC.

"Se os investimentos não ocorrerem nos próximos dois ou três anos, deverão acontecer nos próximos quatro ou cinco. Sob risco de o País parar", sentencia. Mesma avaliação tem Nelson Ninin, diretor de Automação Industrial da Abinee, embora garanta que as grandes obras estejam mais ligadas às indústrias de equipamentos para as usinas hidrelétricas. "Consome-se pouca automação. Portos e aeroportos até utilizam componentes específicos, mas em pequena escala", explica. "Hoje, se fala muito em PAC, mas na realidade não vejo nada na construção de novos aeroportos e portos", aponta.

O trabalho está no início, mas com grandes expectativas

Não é por acaso que o empresariado se mantém atento ao desenvolvimento do PAC. O fato é que cada real colocado em obras de infra-estrutura gera oportunidades para indústrias, revendas e empresas de serviços de todas as áreas do setor eletroeletrônico. Entre os fornecedores de máquinas e equipamentos, por exemplo, o segmento que mais deverá apurar bons resultados será o de Geração, Transmissão e Distribuição de energia (610). "Os investimentos de R\$ 504 bilhões seguramente vão promover novas oportunidades a estes fornecedores", atesta Barbato. O presidente da Abinee lembra que, nas hidrelétricas, as grandes obras por enquanto estão na fase civil, da construção de barragens. Mas elas irão precisar de turbinas e transformadores, todos construídos no País, com tecnologia nacional. Uma demanda, diga-se, que exigiu certa adequação do parque industrial brasileiro. "Ocorreram muitos investimentos em todas as empresas de 610 no Brasil, principalmente de 2005 para cá, para que elas pudessem se adequar à procura. Tanto isso é verdade que várias indústrias instalaram novas plantas, inclusive fora da capital paulista", diz Barbato, ao garantir que o nível de atividade do setor gira hoje em torno de 80% a 85%, levando-se em conta também as indústrias de transformadores e isoladores.

Entre os fatores que permitiram tal ampliação industrial figura a taxa de câmbio favorável ao real, que possibilitou a importação de equipamentos pelas indústrias de GTD. No entanto, o que facilita de um lado, prejudica de outro. 'Com o real supervalorizado, nossas indústrias têm enfrentado uma concorrência acirrada com fabricantes do exterior no mercado interno e externo', reclama Barbato. Para que o produto nacional ganhe competitividade, ele reivindica reforma tributária, câmbio equilibrado e ampliação dos investimentos em infra-estrutura.

Problemas à parte, o fato é que não faltam investidores internacionais no mercado de GTD no Brasil. "O setor continua atraente, com superoferta de investidores, principalmente em geração, que é o ponto mais crítico sob o ponto de vista da necessidade de investimentos pari passu' com a demanda", garante Sales, do Acende Brasil. "O número de competidores nos leilões excede ao volume da energia contratada. Em outras palavras, não faltam recursos", completa. Nem todos os setores do mercado eletroeletrônico, entretanto, estão com estas boas expectativas para o curto prazo. Afinal, só depois da saída dos grandes equipamentos - turbinas, geradores e transformadores - é que a onda deverá chegar ao setor da automação industrial. "Nosso setor é o último a chegar na usina. Por isso, não tivemos qualquer reflexo até agora e não será neste ano que ele irá ocorrer", afirma Ninin, diretor de Automação Industrial da Abinee.

Segundo o executivo, apesar das indústrias nacionais do setor estarem operando entre 80% e 90% de sua capacidade, até o momento elas não têm pensado em realizar qualquer adequação para aproveitar o momento de maiores investimentos na infra-estrutura.

"Não estamos vivendo um boom tão grande assim. Além disso, nossas empresas têm estrutura suficiente e capacidade adequada para atender à demanda do mercado", explica Ninin. Segundo o diretor da Abinee, a indústria do setor é bastante elástica, além de ter folga nos projetos.

Além disso, não enfrenta o que ocorre com a indústria automobilística, por exemplo, quando novas linhas necessitam de mais máquinas, robôs e equipamentos. "Nossa única deficiência é de mão-de-obra, ou seja, de engenheiros aplicados às soluções". Uma demanda contínua que deverá aumentar - e piorar - ainda mais. "Na Petrobras foram feitos muitos investimentos e só agora a empresa começa a comprar. E os projetos iniciados irão se realizar no segundo semestre de 2009, época em que irá ocorrer grande necessidade de mão-de-obra especializada", diz Ninin.

GTD é beneficiado, mas geração precisa de mais atenção

Óbvio que pela grandeza das obras, investimentos e equipamentos, o setor de geração chama muito mais a atenção. Mas pode mudar de importância conforme o enfoque e interesse de fornecedores específicos do mercado eletroeletrônico. É o que ocorre com os fabricantes de condutores, cuja especial atenção concentra-se, em primeiro lugar, na transmissão. Em função das longas distâncias e aplicação dos materiais em grande escala.

Em seguida, figura a distribuição, graças à capilaridade da malha, e só em terceiro lugar fica a geração. "Nossa postura é oposta a das indústrias do setor elétrico que têm maior interesse em geradores, turbinas, etc. Outro setor menor, mas não menos importante, é o de aeroportos, seguido do de saneamento. Em terceiro lugar ficam portos e as estradas de rodagem", explica Aredes, presidente do Sindicel.

Garantindo que os reflexos do PAC ainda não chegaram ao segmento, o presidente do Sindicel admite que as empresas fecharam o primeiro semestre de 2008 com bons resultados. "Isso ocorre pela longa maturação dos investimentos no setor eletrônico como um todo. Da hora em que se decide comprar um novo equipamento ou montar nova linha de produto, a maturação é, em média, de 12 meses. Estamos colhendo hoje os frutos dos investimentos realizados em 2006 e 2007", atesta.

Segundo Aredes, o mercado de condutores cresceu e hoje tem capacidade de atender a crescente demanda. "Além da expansão do setor de energia, petróleo e mineração, contamos com forte impulso da construção civil, motivada pela maior facilidade de crédito, desoneração tadrária e o intenso crescimento do setor automotivo nos últimos três anos", explica.

As estimativas do Sindicel para fechar 2008 são de expansão entre 6% e 7% no mercado físico. "O crescimento tem sido constante", diz ele, alertando que se deve ter cuidado nesta avaliação. A divisão de cobre - condutores utilizados na construção civil, transformação, etc. - e a de alumínio, aplicados nas linhas de transmissão e distribuição de energia, são mercados diferentes.

Para uma análise mais fria, é preciso levar em conta a oscilação do preço internacional do cobre e a influência do câmbio. A previsão, em cobre, dá conta de o setor faturar US\$ 2,9 bilhões, o que representa um crescimento de 17%. Já na divisão de alumínio o faturamento deverá atingir US\$ 400 milhões, crescimento de 15% em relação a 2007. "Esta porcentagem engana, porque o crescimento não é físico. Deve-se levar em conta o câmbio e o preço internacional da matéria-prima. A produção física deverá expandir entre 6% e 7% em cobre e 13% em condutores de alumínio", calcula Aredes.

Para Sales, do Instituto Acende Brasil, embora haja maior número de investidores em geração, também nos leilões das novas linhas de transmissão têm ocorrido acirrada concorrência e grande número de competidores. "As ofertas vencedoras têm apresentado preços extremamente competitivos mediante presença de empresas locais e internacionais. Dada que este cenário está razoável".

Já em se tratando de distribuição de energia, que possui característica um pouco diferente - "uma vez que se trata de mercado 100% regulado e fundamentado em monopólios - as empresas têm tido um desempenho mais que satisfatório. Este resultado econômico, que aponta para recuperação depois dos problemas relativos ao racionamento de 2001, está sendo revertido para benefício do consumidor final", aponta Sales.

Iluminação ainda tem sido pouco beneficiada

Se o setor de GTD tem se beneficiado, o de iluminação também tende a ser contemplado pelo PAC, principalmente através do programa Luz Para Todos (LPT), que tem como meta a universalização do acesso à energia elétrica mediante a instalação de 2 milhões de ligações. Entre janeiro e abril deste ano, 110,7 mil ligações, das 564 mil previstas, foram executadas.

"O Luz Para Todos não é específico para iluminação. Na verdade, este programa está eletrificando a área rural, fato que irá possibilitar o acesso aos eletrodomésticos - como geladeira, liquidificador TVs, etc - em sítios e fazendas nos locais mais distantes do País", explica Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação -Aбилux.

"O corolário - proposição que se deduz de outra demonstrada - é iluminação, mas, na verdade, se trata da utilização de todos os produtos eletroeletrônicos de uso doméstico", cita Uchôa Fagundes. Embora o alcance seja grande, até agora o setor de iluminação no Brasil não sentiu de forma mais aguda os reflexos do programa. "Cada propriedade talvez instale, em princípio, uma ou duas lâmpadas, mas ainda não sentimos grande diferença no mercado, que continua crescendo em torno de 5% ao ano", explica o presidente da entidade. No entanto, ele admite que o programa, sem dúvida, irá alargar o mercado. "Mas isso ainda não é significativo a ponto de abalar a produção nas fábricas", observa, ao lembrar que as obras de médio e longo prazo também deverão trazer bons resultados ao setor de iluminação, uma vez que ele representa por volta de 25% dos gastos com energia.

"Cerca de 1/4 de todo potencial gerado de energia no Brasil é utilizado em iluminação. Obviamente que os investimentos em usinas de energia irão se refletir positivamente em nosso setor", assevera Uchôa Fagundes.

O presidente da Aбилux refere-se ao LPT como uma consequência do PAC, situação que difere do Programa Reluz, que conta com recursos da ordem de 3% de cada conta de luz do consumidor final para melhorar a iluminação pública. "Existe este fundo que está emperrado por conta do excesso de burocracia. O Tesouro exige uma série de certidões, enquanto as cidades continuam escuras e mal iluminadas", reclama Uchôa Fagundes. Para ele, o setor de iluminação, além da burocracia, sofre com outros problemas relativos à falta de infra-estrutura do País. "Os meios de transportes e o custo Brasil, com enormes cargas tributárias, dificultam tanto nossa importação quanto exportação", afirma.

Problemas atrapalham desenvolvimento de empresas do setor eletroeletrônico

Se os investimentos em infra-estrutura geram oportunidades, a precariedade estrutural afeta os setores do mercado eletroeletrônico - cada um a seu modo. "Problemas portuários atingem mais o mercado de QTD. Os produtos nacionais do setor acabam tendo aumento de custos que, por sua vez, vão dificultar a concorrência no mercado externo", observa Humberto Barbato. Ainda em se tratando de portos, o presidente da Abinee lembra que o setor de automação industrial também sofre, já que necessita de componentes importados. "Telecomunicações e informática passam pelo mesmo tipo de problema", comenta.

Caso houvesse melhor infra-estrutura, em portos e aeroportos, Barbato garante que o setor eletroeletrônico teria mais investimentos estrangeiros. "Ainda hoje os componentes importados têm participação importante. E não se pára de falar em greves e mais greves. A última, da Receita Federal, parou os portos e a alfândega. Isso atrapalha, e muito, a indústria instalada no Brasil e, óbvio, se reflete nos novos investimentos", adverte.

No mesmo sentido raciocina Sérgio Aredes, presidente do Sindicel. "A atual política aduaneira complica nosso setor, que trabalha com produtos de alta tecnologia - para alta e média tensão - cuja matéria prima básica é o cobre, em sua maioria importado. E um problema, como o ocorrido em julho passado, na parte alfandegária, é responsável pelo desabastecimento do setor. Há muita demora, burocracia excessiva e faltam condições mínimas de se ter despachos, embarques e recebimentos garantidos", reclama Aredes.

Segundo ele, tais atraos criam sérios problemas, uma vez que o desabastecimento tem consequências financeiras, exige das empresas maior capital de giro, sem contar as multas pesadíssimas em função de tal situação. De modo a superar essas dificuldades, as empresas de

condutores instaladas no Brasil necessitam trabalhar com grandes capacidades e em grande escala para a produção local de certos produtos de modo a garantir o suprimento. Isso não é econômico. Além de dificultar novos investimentos nas plantas brasileiras e a aprovação de novos projetos, as empresas precisam realizar investimentos em coisas que seriam desnecessárias, o que aumenta os custos, sem contar que nossa produção perde em competitividade no cenário internacional", explica Aredes.

Falta de infra-estrutura leva ao adiamento de investimentos

Na verdade, tudo isso faz parte de uma série de fatores que se somam à falta de infra-estrutura no País. Para o presidente da Abinee, as exportações de produtos eletroeletrônicos brasileiros só melhorariam depois da atuação do governo em três frentes: câmbio, infra-estrutura e carga tributária.

"O câmbio atual não dá condições de competitividade às nossas indústrias. Falta infra-estrutura para o País, que precisa reduzir o custo industrial e a burocracia que acaba elevando nossos preços. Isso é fundamental para que o setor volte a exportar e conseguir recuperar sua competitividade", diz Barbato.

Diante do câmbio desfavorável, altas taxas de juros e falta de regras para prever o futuro a médio e longo prazos, as empresas do setor de condutores seguraram ou adiaram novos investimentos. A ponto de os problemas de infra-estrutura interferirem no planejamento de investimentos das companhias multinacionais instaladas no Brasil que precisam negociar mais recursos com suas matrizes e que acabam optando por outras regiões globais.

TMestas empresas criaram seus centros de excelência, a concentração de determinado produto em determinada região ou País para o abastecimento mundial, e o custo Brasil, com seus impostos absurdos, burocracia da lengalenga nos portos e hipervalorização do real, sem dúvida tiram a competitividade do País em relação às outras filiais das multinacionais", lamenta Aredes. Barbato concorda. "Qualquer presidente de multinacional no Brasil enfrenta dificuldades para trazer novos investimentos para a planta dele no País, Está difícil concorrer por causa do déficit na infra-estrutura, câmbio desfavorável, juros altos, regime tributário complicado e legislação trabalhista que fazem do Custo Brasil uma relação de problemas", diz o presidente da Abinee.

Outro problema apresentado por ele diz respeito aos marcos regulatórios. "Hoje, as agências reguladoras funcionam de forma precária. Imagine um japonês, extremamente desconfiado por natureza, que pretenda realizar investimentos para os próximos dez anos diante de uma agência reguladora burocrática demais em algumas horas e incapaz de definir regras importantes para o futuro em outras horas?", pergunta Barbato.

De fato, as questões regulatórias deveriam ser tratadas com mais seriedade, de modo a formar uma base que pudesse fundamentar os investimentos privados, raciocina Aredes, do Sindicel. "Essa base é fundamental para os investimentos privados ou governamentais de modo a acelerar a recuperação da infra-estrutura. Afinal, existe a disposição de a iniciativa privada investir, mas é preciso mais segurança. O governo precisa fazer a parte dele e parar de querer atuar em área que não tem competência. O governo precisa ser o elemento que estabeleça e garanta as regras do jogo", ressalta Aredes.

Hidrelétricas - problemas e mais problemas

A construção de hidrelétricas, principal pólo gerador de novos negócios ao setor eletroeletrônico, enfrenta obstáculos de diferentes naturezas. Um deles diz respeito à deficiência do licenciamento ambiental. Segundo Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, estudo do Banco Mundial examinou 66 projetos de usinas brasileiras e constatou que os prazos médios do processo - da licença à operação - levam 2.200 dias.

Com este tempo, as obras chegam atrasadas. 'Desde a ministra Marina Silva e agora com o ministro Carlos Mmc, o governo demonstra estarsensível e busca eficiência no processo de licenciamento", aponta Sales. No entanto, ele lembra outros obstáculos gerados por iniciati vas de grupos de interesses que interferem na realização dos projetos e que acabam provocando incerteza aos empreendimentos.

É a teoria da captura, segundo diz. "É quando se está com o bloco na rua, com um grande empreendimento andando e ele é 'capturado'. Quando alguns procuradores do Ministério Público, ou de grupos de interesse com base em liminares, realizam interferências e solicitam tempo, de fato, para obter vantagens para alguns grupos", conta.

Para justificar sua tese, Sales lembra da usina de Estreito, já em construção, cujo processo de licenciamento levou quase seis anos. "Foram realizados 'n'relatórios. Todos apresentados e analisados ao longo do processo. Foi obtida a licença e a usina começou a ser construída. Afimprocuradoracha que tem de fazer tudo de novo. Para tanto apresenta argumento para um juiz que analisa centenas de processos ao mesmo tempo, sem um centésimo do tempo para ler as análises ambientais e entender todo o processo, e que acaba tomando uma decisão liminar e pára a obra. Até que se decida ou se julgue", diz.

Ou seja, um projeto de seis anos de estudo foi interrompido, de hora para outra. "Isso tudo sem qualquersentidojá que, mais tarde, a própria justiça irá reverter esse processo. No entanto, trata-se de investimentos bilionários, cujo 'anda e pára' traz enormes prejuízos para a nação e para os investidores, sem contar que isso irá se reverter em maiores custos de energia para o consumidor Felizmente acredito que esta realidade começa a demonstrar sensível melhora", diz Sales.

Luz para Todos

Balço do Programa Luz Para Todos (LPT), entre janeiro e abril de 2008, aponta que foram realizadas 110,7 mil ligações das 564 mil previstas para este ano.

Meta original 2004 - 2008

2 milhões de ligações

Realizado até 2007

1,43 milhão de ligações

Saldo

564 mil/ligações –

Meta 2008

564 mil/ligações

Realizado primeiro quadrimestre de 2008

110,7 mil ligações

Saldo a realizar em 2008

453,3 mil ligações

Infra-estrutura energética

Em dezembro de 2007, o eixo Infra-estrutura Energética do PAC mantinha 560 ações monitoradas. No quarto balanço havia seis a menos (554) devido à exclusão de alguns empreendimentos. Em quantidade, 14% das obras foram concluídas, 75% foram consideradas em ritmo adequado de implantação, 6% se encontravam na zona de atenção e 5% preocupantes. Em se tratando de valor; 4% estão concluídas, 89% adequadas, 5% em atenção e 2% preocupantes, segundo o Governo Federal.

Quanto ao estágio das ações de energia, 14% estão concluídas, 48% em obras, 15% em licitação, 23% em projeto ou licenciamento. Ainda no setor de energia, os destaques são a conclusão das obras dos campos de exploração e produção de petróleo de Manati, com capacidade de produção 6,0 milhões de m³/d de gás, Espadarte, com 89 mil barris/ dia de óleo, e Peroá, com 6 milhões de m³/d de gás. Além disso, foram implantados 430km de gasodutos no Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Entraram em operação 18 usinas de biodiesel e 17 de etanol, representando uma produção de 26 bilhões de litros de combustíveis renováveis ao ano. A geração de energia teve um aporte de 360MW com a conclusão da UHE Castro Alves (RS), da conversão da UTE Canoas (RS) e de quatro Usinas Termelétricas de Biomassa: Santa Isabel Interlagos, São João Biogás e Quirinópolis. Outros 568,6MW estão sendo gerados pelas 19 usinas concluídas do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (Proinfa).

Resultados gerais do PAC

88 obras concluídas - R\$ 10,1 bilhões

Logística - 13 obras - R\$ 798 milhões

Rodovias - 166km - R\$ 158 milhões Aeroportos - R\$ 212 milhões

Marinha Mercante - R\$ 415 milhões

Portos - R\$ 12,7 milhões

Energia - 75 obras - R\$ 9,3 bilhões

Geração de energia - R\$ 1,7 bilhão

Transmissão de energia R\$ 1,9 bilhão

Campos de Petróleo e Gás - R\$ 1,2 bilhão

Petro química - R\$ 610 milhões

Combustíveis renováveis - R\$ 3 bilhões

Gasodutos - R\$ 890 milhões

Obras concluídas

Usina hidrelétrica Castro Alves - 130MW

Usina termelétrica Canoas - 90MW

Usina termelétrica Biomassa - 140MW

Linhas de transmissão - 2.824km